

EXERCÍCIO RESOLVIDO DE CONTABILIDADE PÚBLICA

POR ACADEMICO WENDER_FERREIRA

1. ONDE É APLICADO A CONTABILIDADE PÚBLICA?

Na Administração Direta ou Descentralizada

2. A ADMINISTRAÇÃO DIRETA CORRESPONDE A QUAL PODERES?

Executivos; Legislativos e Jurídicos!

3. AS DEFINIÇÕES DO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTÃO EM QUE LEI?

No Decreto Lei 200 de 25 de fevereiro de 1967, no artigo 5º, inciso de I a IV.

4. O QUE É AUTARQUIA?

Serviço Autônomo, criado por lei com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprio, para executar atividade típica da administração pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administração e financeiro descentralizado.

5. CITE TRÊS EXEMPLOS DE AUTARQUIA:

Universidade Federal; O Banco Central; a Comissão de Valores Mobiliário (CVM); a Anatel, a Anvisa e os Conselhos Profissionais, como o Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

6. NO BRASIL AS EMPRESAS PÚBLICAS SE SUBDIVIDEM EM DUAS CATEGORIAS QUAIS SÃO ELAS?

Empresa Pública Unipessoal e Empresa Pública de vários sócios governamentais minoritários.

7. CITE TRÊS EXEMPLOS DE ENTIDADE DE COOPERAÇÃO, COMPREENDENDO ENTRE OS SERVIÇOS SOCIAIS AUTONOMOS:

SESI- Serviço Social da Indústria; SESC- Serviço social do Comércio; SENAI- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; SENAC- Serviço de Aprendizagem Comercial; SABRAE- Serviços Brasileiro de apoio as Micros e Pequenas Empresas

8. EM 1789 NA INCONFIDÊNCIA MINEIRA NA ÉPOCA, O QUE MAIS INQUIETAVA AS PESSOAS ERA:

A espoliação tributária praticada pela coroa do Portuguesa.

9. EM 1808 TRANSFERÊNCIA DA FAMÍLIA REAL DE PORTUGAL PARA O BRASIL FOI CRIADO O ERÁRIO RÉGIO PARA?

Administrar as finanças e o patrimônio público do Brasil.

10. QUANDO FOI CRIADO O TRIBUNAL DE CONTA DA UNIÃO?

Em 1889/1891 na Proclamação da República

11. QUANDO TEVE INÍCIO A CONTABILIDADE PÚBLICA RACIONAL NO BRASIL?

1905- Reforma do Sistema de contabilidade Pública no Estado de São Paulo.

12. QUANDO FOI APROVADO A PROPOSTA DO MÉTODO DAS PARTIDAS DOBRADAS NO BRASIL PARA AS REPÚBLICAS?

Em 1919- Aprovação da proposta de adoção do método das partidas dobradas para todas as repartições públicas federais.

13. O QUE ESTABELECE O DECRETO LEI Nº 2.416/40?

Estabelece que a Consolidação de Normas Orçamentarias, com abrangência circunscrita aos Estados e Municípios.

14.O QUE INSTITUI O DECRETO-LEI Nº4320 DE 17 DE MARÇO DE 1964?

Institui as normas do direito financeiro da contabilidade pública para a União, Estado, Municípios e Distritos Federal.

15.O QUE O DECRETO-LEI Nº71533 DE 09.11 DE 1972 INSTITUIU?

Instituiu o Sistema de Planejamento Federal.

16.QUAL É ESSA LEI COMPLEMENTAR 101 DE 04.05.2000?

Lei de Responsabilidade Fiscal

17.QUAL A FINALIDADE DO SISTEMA ORÇAMENTÁRIO?

Tem por finalidade o controle do orçamento público que deriva da lei orçamentária e de créditos adicionais, possibilitando o entendimento do planejamento estatal e suas variações a execução orçamentária

18.O SISTEMA ORÇAMENTÁRIO É REPRESENTADO PELOS ATOS ORÇAMENTÁRIOS QUE SÃO:

As previsões de receitas e a fixação das despesas, cancelamento de créditos, empenhos das empresas, arrecadação do receita e liquidação da despesa.

19.QUAL A ESTRUTURA DO SISTEMA ORÇAMENTÁRIO?

Sistema Orçamentário: Receita Orçamentário; Previstos e Executada

Despesa orçamentaria: Fixada, Empenhada e liquidada.

20.QUAIS SÃO OS TRÊS TIPOS DE CREDITOS ADICIONAIS OU AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS ADICIONAIS?

Suplementares, Especiais e extraordinários;

21.OS CREDITOS ADICIONAIS DA CATEGORIA DE SUPLEMENTARES E ESPECIAIS SERÃO AUTORIZADO COMO?

Por lei abertos por decretos do poder executivo

22.O SISTEMA FINANCEIRO ESTA RELACIONADO:

Ao ingresso (entrada) e dispêndios (saída) de recursos, ou seja, registro dos recebimento e pagamento e pagamento de natureza orçamentária e extra-orçamentária

23.AS PRINCIPAIS CONTAS DO SISTEMA FINANCEIRO ESTÃO RELACIONADAS COM:

As contrapartidas “do Grupo Disponível”

24.AS CONTAS QUE COMPÕE O DISPONIVEL SÃO AS MESMAS OBSERVADAS NA CONTABILIDADE EMPRESARIAL, TAIS COMO, CAIXA:

Bancos contas movimentos e Aplicações financeiras.

25.AS CONTAS CONTRAPARTIDAS DAS CONTAS DISPONÍVEL QUE COMPLETAM O SISTEMA FINANCEIRO SÃO:

Receita orçamentária, Despesas orçamentárias, Despesa e Receitas Extra-orçamentárias, Registro e baixa de restos a pagar, encargos sociais a recolher, consignações, depósitos de terceiro, operação da receita etc.

26. AS RECEITAS E DESPESAS ORÇAMENTÁRIA SÃO AQUELAS:

Contidas no próprio orçamento anual

27.EXISTEM TAMBÉM AS RECEITAS E DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS QUE SE REFEREM A:

Entradas e saídas dos cofres públicos porém não são receitas e despesas públicas não propriedades do estados.

28. AS CAUÇÕES E FINANÇAS SÃO AQUELAS:

Geralmente exigidas quando a empresa participa de processo de licitação, vendas de bens e serviços do governo.

29.O QUE É CONSIGNAÇÃO?

São descontos que poder público faz nas folhas de pagamentos e que tem, o dever de recolher aos diversos institutos, tais como a previdência social, Imposto de renda retido na fonte, empréstimos, que são descontos dos funcionários, tais como ocorrem nas folhas de pagamentos de empresas privadas

30.DE ACORDO COM A CONSTITUIÇÃO DO BRASIL DE 1988, A CONTABILIDADE PÚBLICA E GOVERNAMENTAL, ASSIM COMO ORÇAMENTO PÚBLICO ESTA ESTRUTURADOAS NA SEGUINTE LEIS.

PPA-Planos Plurianual; a LDO- Lei de Direito Orçamentário) LOA- Lei orçamentária anual; e a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

31.A LRF CRIA CONDIÇÕES PARA A IMPLANTAÇÃO DE:

Uma nova cultura gerencial na gestão dos recursos públicos e incentivo exercício pleno da cidadania, especialmente no que se refere a participação do contribuinte no processo de acompanhamento da aplicação dos recursos públicos e de avaliação dos seus resultados.

32.A LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 04 DE MAIO DE 2000, INTITULADA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF), ESTABELECE O QUE?

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, mediante ações em que se previna risco e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, destacando-se o planejamento, o controle a transparência e as responsabilização como premissa básica.

33.EM PRINCÍPIO O QUE DIZ O PRINCÍPIO UNIVERSALIDADE?

O orçamento deve agregar todas as receitas de todo, a administração direta e indireta dos poderes. A lei orçamentária deve incorporar todas as receitas e despesas, ou seja, nenhuma instituição pública que receba recurso orçamentários ou gerencie recursos federais podem ficar de fora do orçamento.

34.EM PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS O QUE DIZ O PRINCÍPIO EXCLUSIVIDADE?

O orçamento só versa sobre matéria orçamentária, podendo conter autorização para abertura de créditos suplementares e operações de créditos, ainda que por antecipação da receita.

VISITE TAMBÉM:

<http://expressao-online.webnode.com.br/>